

Uma viagem à construção da infância numa perspectiva da Psicologia Social Crítica: uma revisão de literatura

A journey to the construction of childhood from a perspective of Critical Social Psychology: a literature review

Un viaje a la construcción de la infancia en una perspectiva de la Psicología Social Crítica: una revisión de literatura

Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira*
Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba – Bra.

Hítalla Fernandes dos Santos**
Universidade Federal do Amazonas – PPGPSI/UFAM – Bra.

RESUMO

Pesquisar sobre a infância tem sido interesse de vários pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e de diversas partes do mundo. A infância foi consolidada como tal a partir do século XX, logo, é uma área consideravelmente nova e com inúmeros aspectos que instiga e motiva as pesquisas nesta área. Este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre a contextualização da perspectiva da Psicologia Social Crítica da Infância, cujo objetivo principal é buscar no passado as concepções de infância a partir da história mundial, nacional e regional no Amazonas a fim de realizar uma reflexão acerca da pluralidade de infâncias existentes e como esta construção social aconteceu. Ao final desta viagem literária, conclui-se que estamos diante de uma pluralidade de infâncias e que precisamos olhar para cada criança de forma única, respeitando sua individualidade, cultura e história de vida.

Palavras-chave: Concepção de Infância. Infâncias. Brasil. Amazonas.

ABSTRACT

Researching about childhood has been of the interest of many researchers and several fields of knowledge and different parts of the world. Childhood was consolidated as such since the 20th century. It is considered a new area, with many aspects that instigate and motivate these researches. This article introduces a literature review about the contextualization of the perspective of Critical Social Psychology of Childhood, which the main objective is to discover the conceptions of childhood in the past from the world history, the national and regional history, in Brazil and in the Amazonas state, respectively, to reflect about the plurality of existing childhoods and how this social construction happened. At the end of this literary journey, we conclude that we are facing a plurality of childhood and we need to look at each child in a unique way, respecting his individuality, culture and life history.

Keywords: Childhood conception. Childhoods. Brazil. Amazonas.

RESUMEN

La infancia es un área de investigación que ha sido de interés para investigadores de diversas áreas de conocimiento en distintas partes del mundo. La infancia fue reconocida como tal a partir del siglo XX, como un área de estudio bastante nueva con innumerables aspectos por indagar, motivando la ejecución de investigaciones en esta área. Este artículo presenta una revisión de literatura referente a la contextualización de la perspectiva de la Psicología Social Crítica de la Infancia, cuyo objetivo principal es realizar una revisión de los cambios conceptuales relacionados con la infancia a partir de la historia mundial, nacional brasileña y regional en el Amazonas, a fin de hacer una reflexión acerca de la historia, la pluralidad de las infancias existentes y los acontecimientos ocurridos en la construcción social. Al final de este viaje literario, se concluye que estamos ante una pluralidad de la infancia, en que necesitamos mirar a cada niño de forma única, respetando su individualidad, cultura e historia de vida.

Palabras-clave: Concepción de la Infancia. Infancias. Brasil. Amazonas.

Introdução

A partir da realidade que nos cerca no século XXI, faz-se necessário compreender a infância enquanto construção social, que sofreu e sofre transformações constantemente. O modo de agir, de se comportar, brincar, e ser criança, falará muito da sociedade na qual está inserida e que dela faz parte, e é neste sentido que Salles (2005) reporta que as diferentes condições históricas, políticas e culturais que permeiam o desenvolvimento social, também trarão modificações nas representações sociais da infância.

Significa pensar que não existe a infância, e sim, infâncias. Cada sociedade reportará a suas crianças de um modo particular, a partir da sua cultura, valores, conceitos. Logo, o julgado como certo para uma criança brasileira, pode não ser para outra nacionalidade. Até mesmo dentro do Brasil, pela diversidade que nos marca, encontraremos várias infâncias; a infância do branco, do rico, do pobre, do negro, dos índios, dos ribeirinhos.

Diante da pluralidade que nos cerca, questionamos: quais foram os caminhos percorridos na construção do que chamamos de infância hoje no Brasil? Quais marcas trazem nossas crianças? A infância passou por muitas transformações, no entanto, há um fator que se perpetua: acreditar que a criança representa a esperança. Sendo assim, concordamos com Del Priore (2007) quando afirma que querer estudar, conhecer mais da história, comportamentos, modos de ser, de pensar e de agir das crianças é também amá-las.

Após estas breves considerações iniciais, vamos viajar um pouco no tempo, mais precisamente à Idade Média para compreendermos a constituição da infância, as lutas travadas pelo reconhecimento da individualidade, subjetividade e importância das crianças para a sociedade. Inicialmente vamos com Philippe Ariès (1981) até a Europa, e Neil Postman (2012) aos Estados Unidos, os quais nos falarão sobre a infância a partir dos seus estudos.

Em nossa viagem à construção histórica da infância, faremos uma escala no Brasil, falaremos sobre as marcas que exibimos do processo de concepção da infância. Para tanto, contaremos com Del Priore (2007) pesquisadora reconhecida por sua obra *História das Crianças no Brasil* e Freitas (2011) com a obra *Para uma sociologia histórica da infância no Brasil*, seguindo com relevantes contribuições de outros pesquisadores atuais. Foucault (1979; 2008) se fará presente ao realizarmos pontes dos seus estudos sobre biopoder com a construção da infância.

Para finalizar, visualizamos como importante, contextualizar a infância também em nossa região, mais especificamente no Amazonas. Cada região, como mencionado anteriormente, possui características e identidade próprias, de modo que não podemos estereotipar a construção da infância a partir de modelos universais, como os expressados pelos parâmetros eurocêntricos, quiçá de outras regiões do Brasil. De posse da importância regional, conversaremos amparados por pesquisadores locais como: Lopes (2014), Mota (2016) e Pessoa (2010). Sendo estes os guias teóricos em nossa última parada desta viagem à história sobre a contextualização da infância.

A infância no mundo

Iniciamos nossa viagem lembrando que a infância somente foi consolidada como tal a partir do século XX. Anteriormente a este período, a criança era concebida como um adulto em miniatura. Trazemos inicialmente Philippe Ariès¹ que em sua obra *História social da criança e*

¹ Historiador referenciado como o pioneiro a estudar a infância.

da família' em 1981, constatou que não havia o que ele chamou de "sentimento de infância", isto é, não havia diferenciação entre as necessidades da criança em relação ao adulto; por este motivo, considerava-se a criança como um mini adulto (ARIÈS, 1981).

Ariès (1981) afirma que a criança raramente era cuidada por sua família em seus primeiros anos de vida. Tarefa dada às "amas de leite" e, a partir do momento que a criança já conseguia agir por conta própria era inserida em atividades juntamente com os adultos; e era desta maneira que o aprendizado acontecia. O autor menciona ainda que em muitos momentos estas mulheres (amas de leite, escravas) deixavam de alimentar seus próprios filhos para alimentar os da sua senhora.

Neil Postman (2012), por sua vez, nos diz que na era medieval não havia necessidade de diferenciar a criança do adulto em um mundo que não era letrado, pois não existiam segredos e a cultura não precisava ofertar instrução para a criança a fim de que ela entendesse algo. Neste período, fica evidente que não existia a preocupação em garantir escola para as crianças, as mesmas aprendiam o que deveria ser aprendido pela convivência direta nos trabalhos realizados em companhia dos adultos.

Entretanto, apesar de não existir um sentimento em relação à infância, Ariès em seus estudos, encontrou um sentimento, porém superficial, ao que chamou de paparicação. Para ele, era o sentimento que os adultos demonstravam pela criança em seus primeiros anos de vida, mas não como sendo pessoa de igual importância, e sim, como se a criança fosse "um animalzinho, um macaquinho impudico" (ARIÈS, 1981, p. 4). Desta forma, a criança pequena era tida, portanto, como objeto de diversão, e que apesar da tristeza que muitos pais demonstravam diante da morte de uma, essa tristeza não perdurava por muito tempo, pois, a criança morta era logo substituída por outra.

Postman (2012) revela que a infância na Idade Média terminava aos 7 anos de idade. Segundo ele, esta idade marcava o período que a criança já dominava a linguagem oral e, que conseqüentemente já conseguia entender e participar da vida dos adultos sem diferenciação e, assim, era introduzida na realização de alguns trabalhos ao lado dos adultos.

No final do séc. XVII, a escola passa a fazer parte da vida das crianças, um marco importante nesta construção social. Crianças que antes aprendiam por meio da convivência diária com os adultos, começariam a partir daquele momento a contar com um local específico de aprendizagem, separadamente dos adultos. A este modo de atuação separatista do papel da escola, Ariès (1981) chamou de "quarentena", que na visão dele, era um processo de enclausuramento similar ao que acontecia com os loucos, pobres e prostitutas da época citada.

Postman (2012), em sua obra *O desaparecimento da infância* de 1982, nos fala um pouco mais sobre a função exercida pela escola neste período. Segundo ele, não existia separação por idade nas salas de aula, e reforça que este ambiente social inicialmente não foi proposto para atender a todos. Poucos tinham acesso à escola. Meninas, por exemplo, eram poucas. Segundo o autor, a história revela que muitas meninas entre 12 e 13 anos já eram mães e precisavam ficar em casa cuidando das suas crianças.

Foi a partir dos séculos XIX e XX que o sentimento em relação à infância ficou mais fortalecido, incluindo mudanças nas demonstrações de afetos por parte da família. A família passa a ser lugar de afeição; afeição entre os cônjuges e entre pais e filhos, o que não acontecia antes (ARIÈS, 1981). Observou-se que a partir do modelo de infância adquirido, o modelo de família também se transformou. Os adultos passavam a ter a tarefa de preparar a criança para o mundo (POSTMAN, 2012).

Podemos, a partir de Postman (2012), inferir que até a Idade Média não havia no mundo nenhuma concepção sobre o desenvolvimento infantil, não havia nenhum tipo de escolarização voltada para as crianças pequenas e nenhuma concepção em como prepará-las para a vida adulta.

Com a entrada da escola na vida das crianças, o sentimento de "paparicação" foi sendo substituído pelos sentimentos moralistas que passavam a ser introduzidos às crianças. O afeto pela criança não era mais ofertado através da distração ou brincadeiras e, sim, pelo interesse psicológico e preocupação moral, com apoio das escolas, dos eclesiásticos e moralistas. A escola, além da tarefa de transmitir conhecimentos às crianças, precisava também "formar os espíritos, inculcar virtudes, educar tanto quanto instruir" (ARIÈS, 1981, p.117).

A escola, portanto, teve papel importante na concepção da infância no mundo, pois foi neste espaço que a criança começou a ser vista e percebida, mas ainda não em sua totalidade e particularidade. Porém, iniciou-se o começo de uma nova era. Com atraso significativo, o interesse por pesquisas e estudos sobre a infância foram surgindo no Brasil e, é para este momento da nossa história que seguimos em nossa viagem, com o intuito semelhante ao de Del Priore (2017): dar voz aos documentos históricos.

A infância no Brasil

Realizando uma escala necessária em nossa viagem pela história da infância no Brasil, podemos dizer que a descrição de infância realizada por Ariès traz apontamentos realizados por ele na Europa, e por Postman nos Estados Unidos, mas que se faz importante mencioná-los para melhor compreensão desta construção social. Percebe-se, no entanto, que tais apontamentos não se alteram muito quando buscamos conhecer a construção da infância no Brasil. No entanto, Del Priore (2007) nos faz um alerta ao afirmar que a historiografia internacional está ali para nos servir de inspiração ao falarmos da nossa história, mas que deve ser uma bússola. Para a autora, as transformações vividas nos países citados acima chegaram ao Brasil com grande atraso. Revela que o Brasil não permitia espaço para que florescessem questões voltadas para a infância:

[...] comparado aos países ocidentais, onde o capitalismo instalou-se no alvorecer da Idade Moderna, o Brasil, país pobre, apoiado inicialmente no antigo sistema colonial e escravocrata e, posteriormente, numa tardia industrialização, não deixou muito espaço para que tais questões florescessem (DEL PRIORE, 2007, p. 10).

No Brasil, os jesuítas trouxeram consigo os primeiros modelos do que seria a infância. Conforme Del Priore (2007), a infância era por eles percebida como o momento ideal para a catequização. Chambouleyron (2007) aponta que de um modo geral, além da conversão, o ensino era uma das primeiras e principais preocupações dos padres pertencentes à Companhia de Jesus que desembarcou na Bahia em 1549. Mesmo não tendo a exclusividade do ensino, os jesuítas ocuparam papel central no ensino inicial às crianças.

O referido autor traz à memória que ao desembarcarem em terras que mais tarde se chamaria Brasil, os jesuítas não a encontraram vazia e inabitável, indígenas habitavam terras da Bahia, e as crianças indígenas eram também interesse de catequização para os jesuítas. Como ele descreve através de uma imagem: "a criança indígena, muitas vezes entregue pelos próprios pais aos padres da Companhia de Jesus, era considerada o 'papel branco' no qual se inscreviam a luta contra a antropofagia, a nudez e a poligamia" (CHAMBOULEYRON, 2007, p. 61). De modo

que o ensino implicava uma transformação radical na vida das crianças e jovens indígenas no século XVI.

Freitas (2011) sinaliza que até o século XIX no Brasil, as crianças não eram percebidas, nem ouvidas, não tinham voz e nem delas se falava, tanto que havia escassez de estudos demográficos sobre o assunto neste período da nossa história. Del Priore (2007) revela que a infância era, portanto, um tempo no desenvolvimento sem maior personalidade, era um momento de transição e ao mesmo tempo de esperança.

Foi, portanto, a partir do final do século XIX e início do século XX que a classe mais favorecida passou a preocupar-se com a integridade física e moral das crianças, surgindo o modelo caritativo de assistência, a roda dos expostos. Este modelo de "cuidado" voltado a atender as crianças abandonadas por sua mãe foi em nossa história uma das instituições brasileiras que mais perdurou em atividade conforme Freitas (2011). Segundo ele, a roda dos expostos sobreviveu aos três grandes regimes brasileiros, isto é, por quase um século e meio. A missão principal deste modelo era garantir a criança abandonada o batismo, buscando garantir a salvação para a criança caso ela não sobrevivesse aos períodos denominados críticos na saúde, como a crise dos 7 dias, sarna e outras moléstias.

O autor menciona ainda que este modelo de assistência começou a ser extinto em meados do século XIX, sendo substituído por um novo modelo de cuidado, a filantropia que tinha como objetivo organizar a assistência com base nas novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais que nasciam no século XX (FREITAS, 2011). No entanto, observa-se que ainda não havia interesse pela criança com suas particularidades, e sim um interesse movido por anseios da classe dominante. Interesse relatado por Del Priore (2007) ao afirmar que a educação escolar no século XIX no Brasil se restringia aos filhos da elite, enquanto que os pobres e menos favorecidos não tinham a mesma oportunidade de estudar.

Diante do crescimento populacional estrondoso que as principais capitais brasileiras passaram a ter a partir da Revolução Industrial, começaram a surgir crises sociais que anterior a este período eram irrelevantes e despercebidas no cotidiano das cidades. São Paulo, por exemplo, como revela Santos (2007), em 1870 tinha cerca de 30 mil habitantes, e que em 1907 alcançou a população de 286 mil, crescimento descrito por ele como sendo uma explosão demográfica.

Em 12 de outubro de 1927 foi assinado pelo Juiz Mello Mattos, o Código de Menores, que atendia em particular aos interesses da classe dominante, no qual constava a proibição ao trabalho para crianças até 12 anos e determinando como idade de impunidade criminal os 18 anos (FREITAS, 2011). Este código visava particularmente disciplinar através da vigilância e punição crianças e adolescentes, na tentativa de elas pudessem atender às necessidades do mercado de trabalho, o que na visão de Foucault exprime uma técnica de poder: "a disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos" (FOUCAULT, 2008, p. 62).

Foucault em sua obra *Vigiar e punir* (2008) afirma que a disciplina tem ligação direta com o poder, e que este poder é a ação das forças em detrimento de algo ou de alguém que apresente mais fragilidade em relação ao outro, neste caso específico de nossa viagem, as crianças.

Passetti (2007) corrobora o pensamento de Foucault ao afirmar que foi a partir do Código de Menores que o Estado responde pela primeira vez, responsabilizando-se pela situação de abandono, mas com o viés de aplicar os corretivos necessários para diminuir a delinquência. Para o autor, esta responsabilidade que o Estado colocava para si, pretendia domesticar as individualidades e garantir uma prevenção "[...] para criar cidadãos a reivindicar

disciplinadamente segundo as expectativas de uma direção política cada vez mais centralizadora” (PASSETTI, 2007, p. 355).

Diante do interesse demonstrado pelo Estado através do Código de Menores, em 1934, aconteceu a primeira instalação de clínicas de higiene mental dentro das escolas no Distrito Federal, com um modelo claramente operacional trazido do movimento higienista norte-americano. Segundo Luengo (2010), o pensamento higienista seria uma forma disciplinar com o objetivo de reestruturar o núcleo familiar, mas que isso somente ocorreria pelo poder médico, para compensar as deficiências da lei entrando, assim no espaço da norma.

Desta forma, a escola passa a ser o local adequado para que se mantivesse a ordem social e, portanto, passa a desempenhar várias formas de disciplina, que na visão de Foucault (2008) abarca corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. O corpo dócil se refere ao corpo que pode ser transformado e aperfeiçoado no sentido de ter uma utilidade a quem assim deseja que o seja. Luengo corrobora este pensamento ao dizer que

[...] os higienistas acreditavam que, se o controle do corpo fosse feito desde a infância, as condutas na fase adulta já estariam condizentes com o ideal desejado, segundo as normas higiênicas, isto é, uma criança bem fiscalizada seria o perfeito adulto higiênico (LUENGO, 2010, p. 30).

Observamos, portanto, a partir destas práticas, um movimento em igualar os desiguais, uma busca em normatizar o comportamento das crianças, de maneira que inferimos que a busca pelo “normal” aprisionava a criança e retirava dela sua singularidade. Falamos destas práticas em 1934, mas que são passíveis de serem encontradas hoje, em 2017, em nossas escolas, o que nos leva a refletir se podemos realmente afirmar que avançamos neste quesito. A partir da elaboração do Código de Menor que buscava disciplinar as condutas que seriam passíveis de penalização, o governo instituiu diversas organizações para o atendimento de crianças e adolescentes. Em 1940, o governo constituiu o Departamento Nacional da Criança, que era vinculado ao Ministério de Educação e Saúde Pública. Em 1941 criou o Serviço de Assistência a Menores (SAM) por meio do Decreto n. 3.799, subordinado ao Ministério da Justiça, que atendia de forma repressiva e adotava internações semelhantes a um sistema prisional, mas voltado a atender menores delinquentes e abandonados.

Conforme Passetti (2007), os reformadores consideravam estas prisões como sendo um mal ineficaz. No entanto, não se opuseram à introdução deste modelo de correção comportamental e disciplinador para menores infratores. O objetivo destas instituições, segundo o autor, era tratar o infrator com procedimentos médicos acompanhados por medidas jurídicas com a finalidade de ele ser reintegrado na sociedade.

No ano seguinte, em 1942, surgiu a Legião Brasileira de Assistência que inicialmente buscava garantir ajuda-às famílias dos soldados enviados para a Segunda Guerra Mundial, foi somente após o fim da guerra que voltou seu foco para as famílias necessitadas indistintamente. Nesta mesma década, em 1946 inseria-se nas políticas assistenciais brasileiras o Fundo das Nações Unidas (UNICEF) que evoluiu de uma esfera inicialmente assistencial para uma preocupação educacional às crianças:

Assim sendo, a UNESCO, através do UNICEF, começa a prestar assessoria aos especialistas de educação pré-escolar de diversos países. Recomenda-se então a busca de novas alternativas para atender aos menores de 7 anos, uma vez que os países subdesenvolvidos não dispõem dos recursos

financeiros necessários para um atendimento à infância dentro dos padrões idealmente concebidos (KRAMER, 1991, p.37).

Este modelo de assistencialismo voltado para filantropia descrito por Freitas (2011) encerrou em 1960 com a tentativa da construção de um Estado do Bem-Estar e com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em substituição ao SAM no ano de 1964. Neste período, além dos questionamentos quanto ao atendimento prestado pelo SAM, novos e importantes questionamentos também foram feitos em relação ao Código de Menores, o que levou a uma reformulação do mesmo em 1979.

A nova releitura trouxe uma visão mais terapêutica e/ou de tratamento que deveria ser oferecido ao menor infrator. Conforme CECRIA, AMENCAR, UNICEF (2000) foi introduzido o termo "situação irregular", sendo este compreendido como a criança ou adolescente que tinha condições de subsistência privada, bem como de saúde, de instrução, fosse por omissão dos pais ou responsáveis; incluía a situação de maus-tratos, castigos, perigo moral, falta de assistência legal, desvio de conduta e autoria de infração penal. Podemos inferir que esta nova releitura trouxe também velhos moldes como as medidas de proteção, vigilância e assistência aos menores, ampliando os poderes da autoridade Judiciária sobre a infância. O Código foi publicado no intuito de atender desvalidos, abandonados e infratores, e também adotar meios de prevenir ou corrigir as causas de "desajustamento" destes menores (LOPES, 2007).

Nestes moldes quando a família falhava no cuidado com seu menor, o Estado tomava para si essa função, o que foi possível observar de forma contundente devido à quantidade de vezes que o termo "autoridade judiciária" aparece no Código de Menores, 75 vezes, conferindo para si poderes sobre este menor. Na visão de Foucault (1979) seria:

[...] Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto à do pai de família. (FOUCAULT, 1979, p.281).

A intenção principal no método aplicado pelo Estado por meio da FUNABEM era, segundo Passetti (2007), romper com as práticas repressivas que ocorriam no período anterior a partir de um sistema que levasse em consideração a condição de vida dos menores, fossem eles abandonados, carentes ou infratores; mediante seus traços de personalidade, desempenho escolar e suas deficiências. Desta forma, se pretendia mudar o comportamento não mais apenas por meio da reclusão e sim, pela educação que passaria a ocorrer dentro do ambiente de reclusão.

Segundo Lopes (2007), a partir de 1980 os movimentos sociais constituíram intensa movimentação em defesa de direitos das crianças, ou novas posições diante da lei. As crianças e adolescentes passavam a ser protagonistas na história brasileira com movimentos pela defesa e exercício dos seus direitos. Tais movimentos históricos resultaram na Constituição Federal Brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, que trouxe avanços significativos em relação à infância e adolescência, mais especificamente com o Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1989).

Este artigo da Constituição Federal nos aponta para a tríade composta pela família, sociedade e Estado como sendo estas as três instâncias responsáveis por garantir os direitos exposto na Lei às crianças. A Constituição Federal de 1988 expressa, portanto, o fim da estigmatização de que ser pobre era também ser delinquente. Desta maneira, a partir da Constituição de 1988 e da Convenção Internacional sobre os direitos das crianças de 1989 que uma nova lei voltada exclusivamente para as crianças e adolescentes foi criada e promulgada, o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA em 13 de julho de 1990 através da Lei 8.069.

Uma grande mudança foi possível enxergar quanto ao termo e a quem a lei buscava atender. No Código de Menores, por exemplo, tínhamos os termos "menores abandonados", e "delinquentes" para os que burlavam as normas até os 18 anos. Com o ECA em exercício passou-se a falar "crianças e adolescentes", não mais atendendo a uma classe econômica ou posição social específica, e sim, a todas as crianças e adolescentes sem distinção até 18 anos, como afirma Lopes (2007). Para tanto o ECA dispõe:

Art.3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art.4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art.5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 2002, p.20).

Podemos visualizar que a criança, antes vista como "menor" e mantida na condição de infrator, é então transformada de fato em "criança e adolescente" na condição de sujeito constituído de direitos. Segundo Lopes (2007), o ECA constituiu-se com a finalidade de desjudicialização, ou seja, com o crescente esforço em reduzir o papel e a interferência do Poder Judiciário, e que por isso recebeu muitas críticas quanto à execução das medidas previstas. Além das críticas, o andamento do ECA não tem sido satisfatório até a atualidade.

A partir do ECA, foram criados os Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente nas três instâncias governamentais, e cada conselho com suas atribuições específicas. Em âmbito federal, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); em âmbito estadual, o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA) e em âmbito municipal, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

Passeti (2007) nos aponta para uma reflexão quanto aos benefícios propostos com a promulgação do ECA. O autor expõe que os planos do governo passaram a ser de levar escola/educação para todos, no entanto, até o momento este interesse específico não conseguiu ser contemplado, pois a escola em si não tem suprido a carência da sociedade. Observamos que a criança, a partir do ECA, passa, no estatuto, a ser prioridade para o Estado, pois ele deve estar ali para cuidar, proteger e suprir quaisquer necessidades que a criança apresente. Momento que o Estado chama para si a responsabilidade em casos de omissão por parte da

família ou mesmo da sociedade. Com o ECA em vigor, a criança sai da condição tutelar para a condição de sujeito; sujeito este com subjetividade, direitos e deveres.

Atualmente, a infância tem sido uma das áreas do desenvolvimento humano de bastante interesse para pesquisas e, por distintas áreas do conhecimento, como: Psicologia, Pedagogia, Medicina, Sociologia, Antropologia e outras. Pesquisadores, segundo Del Priore (2007), buscam produzir uma nova ética para a infância. O ECA prevê, em nosso país, a existência de uma lei avançada em garantir a criança e ao adolescente sua integridade, acessibilidade, cuidado, amparo e demais direitos, mas que é preciso, ainda, que constantemente isso seja exigido.

Nesta perspectiva, Passeti (2007) afirma que o ECA e a Constituição Federal exigem a presença constante do Estado, na busca pelo cumprimento das leis, de forma a zelar pelo futuro das crianças. O autor reafirma ainda que não basta ao país ter uma lei promulgada, ela precisa estar legitimada socialmente. Entendemos que há um longo caminho a ser percorrido para a garantia plena dos direitos da infância e adolescência na busca por instituições sólidas e com políticas públicas eficientes e que realmente tenham interesse em contemplar as necessidades reais da infância hoje.

A infância no Amazonas

Finalizando nossa viagem, eis que aterrissamos para conhecer a história da infância no Amazonas a partir dos olhares de pesquisadores locais. Para Mota (2016), falar sobre a infância no Amazonas constitui-se um desafio grande para as Ciências Sociais. Desafio porque estamos diante de um espaço social que abriga particularidades e grande diversidade social, e é comum utilizarmos como parâmetro—a construção experienciada nos países europeus, e é justamente neste ponto que nosso desafio é posto. Desconstruir tais conceitos eurocêntricos, como sendo parâmetros para nossa realidade.

Dentro destes desafios, podemos acrescentar a pluralidade de infância existente na história do Amazonas. Nos períodos pré-colonial, colonial-escravocrata e demais momentos históricos, o Amazonas possui, em sua história da infância, os seguintes atores: crianças indígenas, crianças estrangeiras, crianças as brancas e ribeirinhas. Com esta pluralidade, há em nossa história local momentos distintos vividos entre as crianças no Amazonas, que ora se misturavam, e ora exibiam grandes diferenças. Mota (2016) ao expressar-se sobre as infâncias encontradas no território afirma que:

[...] tanto a criança indígena quanto a não indígena possuem diferentes infâncias que se constroem nas experiências de vida delas, acionando diversos elementos e significados que são importantes na formação cultural e na construção de suas identidades (MOTA, 2016, p. 39).

No entanto, apesar da escassez de documentos acerca da temática, Leal (2014) revela que a trajetória da infância no Amazonas começou a ser registrada a partir do período Colonial-escravocrata. Como conhecido, o período colonial, para além da violência para com os povos escravizados, foi marcado, em nosso país, pela chegada dos jesuítas com seu método de catequização e ensino às crianças, que foi também vivido pelas crianças indígenas no Amazonas, como nos diz Leal, ao afirmar que:

[...] a vida das crianças amazonenses no século XVII, com o advento da política pombalina, foi marcada, inicialmente, pela tentativa de conquistas

com fins diversos, sendo que o principal era a catequização e a domesticação pelos missionários jesuítas (LEAL, 2014, p. 43).

Não é de hoje que a Amazônia é observada e desejada por muitos países por suas riquezas naturais, e conforme Leal (2014), no séc. XVIII havia grande interesse visando o enriquecimento da coroa portuguesa. No entanto, para que fosse possível conquistar para si essas riquezas, os povos originários da região eram tratados como animais, e estavam ali para servir aos interesses dos exploradores. A autora revela ainda que para conseguir alcançar seus objetivos, os exploradores viam como necessário domesticar, civilizar e catequizar os "nativos". Mota (2016) corrobora com Leal ao observar que o olhar sobre os "nativos" da Amazônia tem se mantido atualmente semelhante ao experienciado no período colonial e escravocrata:

[...] a Amazônia como lugar exótico, de pessoas selvagens, é uma das caracterizações negativas que por séculos tem atravessado as fronteiras territoriais, refletindo o patamar de inferioridade ocupado pela região (MOTA, 2016, p. 22).

A narrativa histórica feita por Leal (2014) evidencia uma infância nos séculos XVII e XVIII de silenciamento e apagamento das crianças por parte daqueles que aqui chegavam para obter riquezas. A história por eles contada, raramente incluía as crianças, pois estas para eles não eram significantes e as comparavam até mesmo com animais selvagens.

Sobre a infância indígena, a autora aponta que o tratamento dado pelos pais às suas crianças era diferenciado da visão educativa eurocêntrica. Nas palavras da autora, as crianças participavam ativamente da vida em comunidade, aprendiam desde muito cedo os costumes e a entender qual era o seu papel na sociedade, o que causava estranhamento por parte dos viajantes e exploradores que aqui chegavam (LEAL, 2014). A antropóloga Clarice Cohn (2013) reafirma esta particularidade vivida pelas crianças indígenas ao reforçar que estas crianças possuem uma autonomia respeitada pelos adultos, de modo que elas não são segregadas das coisas importantes que acontecem dentro da sua cultura.

Ainda acerca da educação que as crianças indígenas recebiam em sua cultura, Leal (2014) menciona que os pais construíam para seus filhos remos desde muito cedo, para que estes fossem se acostumando para que quando chegasse o momento certo, estivessem prontos para remar durante dias, semanas e até meses. Isto acontecia visando inserir a criança indígena desde pequena em seus costumes tribais, a partir da utilização dos utensílios de caça e de guerra; os instrumentos, no entanto, eram adaptados para o seu tamanho e a partir dos quatro ou cinco anos de idade a criança já os manuseava e isso não era estranho ou errado para eles.

Cohn (2013) em seu artigo "Concepções de infância e infâncias" nos fala sobre a diversidade do conceito infância existente dentro das várias etnias, e que, portanto, não devemos confundir tais concepções com as nossas. Diante deste cenário, podemos inferir neste breve contexto histórico, que a pluralidade acompanha a construção da infância desde os primórdios.

Conforme argumentado por Mota (2016), o processo de colonização na região amazônica contribuiu para transformar a vida do homem amazônico em seu habitat natural. O encontro/choque entre os dois mundos evidenciava o discurso dominante do colonizador em relação aos "nativos", que na visão da autora era vivenciado através de relações permeadas de preconceitos culturais, estigmas e dominação.

Leal (2014) traz em sua pesquisa estudos realizados por Santos, Almeida e Barreto² em 2005, na descoberta da existência de registros sobre discursos envolvendo a concepção da infância na Amazônia no período de 1859 – 1877. Tais registros encontram-se nas bibliotecas municipais Arthur Reis³ e Ramayana de Chevalier⁴ na cidade de Manaus. Segundo Leal, há registros em vários campos: educação, saúde, segurança e política.

Com o ciclo da borracha a todo vapor, o número de imigrações aumentou consideravelmente; com isso muitas famílias vieram do Nordeste para o Alto Solimões. Mota (2016) afirma que com a vinda dos nordestinos, mudanças significativas foram acontecendo no modo de vida dos moradores do Alto Solimões. Conforme a autora, um fator importante a mencionar é que muito foi produzido através da exploração dos seringais, no entanto, nada ficava para a região do Alto Solimões.

Na cidade de Manaus, o olhar do Juiz André Vidal de Araújo começava a se voltar para as crianças. Pessoa (2010) revela que a criança manauara iniciou a ser objeto de preocupação de juristas em 1935, especificamente a partir do trabalho do primeiro Juiz de Menores do Amazonas, Senhor André Vidal de Araújo. Segundo a pesquisadora, o Juiz se empenhou em dar atenção à situação de abandono que as crianças se encontravam no Estado e que por conta do abandono seguiam pelo caminho da delinquência infantil. Desta maneira, ele passou a exigir dos poderes públicos providências na diminuição de crimes cometidos por menores, que em sua concepção, estavam associados à desigualdade social existente na época e também ao descaso por parte daqueles que deveriam ser seus responsáveis.

Podemos inferir pelas leituras realizadas, que a partir do crescimento populacional, problemas de ordem social também começaram a aparecer no Amazonas no final do século XIX e início do século XX, diante deste panorama o então primeiro Juiz de Menores do Amazonas, André Vidal trouxe para a visibilidade as necessidades das crianças e adolescentes, que em muitos momentos via sua voz destoar diante de uma maioria que afirmava ser necessário enclausurar estas crianças por seus delitos.

Quanto à educação formal, a vivenciada dentro da escola, Pessoa (2010) revela que inicialmente foi criado a Casa dos Educandos Artífices, lugar destinado para meninos desvalidos, até 12 anos. Este educandário tinha como principal função ensinar um ofício para estas crianças, além das disciplinas, e que funcionava como uma estratégia para formar mão-de-obra infantil no século XIX. Quanto a uma educação escolar voltada para meninas, a autora informa que não se dava a mesma importância, e que somente 10 anos depois da criação da Casa dos Educandos Artífices e Seminário Episcopal São José é que se pensou em educação para meninas, com o Colégio Nossa Senhora dos Remédios e o Asilo Nossa Senhora da Conceição, que tinham como principal interesse além das disciplinas básicas, os ofícios domésticos.

Sem dúvida que as crianças Amazonenses vivenciaram em sua infância momentos de abandono, descaso e silenciamento como em grande parte da história, no entanto, é possível visualizar crianças que construíram espaços de sociabilidade dentro do espaço social em que estavam inseridos. Figueiredo (2007) foi em busca dessas lembranças e memórias por meio do que poderiam contar para ele os literatos que aqui viveram nas primeiras décadas do século XX.

² Pesquisadores locais.

³ Av. Sete de setembro, 444, Centro, Manaus/AM.

⁴ Rua Frei José dos Inocentes, 132, Centro, Manaus/AM.

As memórias apresentadas à Figueiredo (2007) por Tiago de Melo revelaram espaços de sociabilidades das crianças pobres. Para estas crianças era na rua que elas construíam suas relações sociais, mas precisamente na calçada, pois era onde os adultos colocavam suas cadeiras de embalo após as tarefas domésticas e da janta para conversarem, e as crianças aproveitavam para ali também construir seus próprios relacionamentos.

Uma das muitas memórias evocadas por Tiago de Melo, segundo Figueiredo (2007), era o respeito que as crianças precisavam ter com o sono alheio, principalmente com o sono do almoço daquele que chegava do trabalho, de maneira que não poderiam fazer barulho, pisando no chão de casa de forma silenciosa. Portanto, compreendemos e valorizamos a todas estas pesquisas locais que nos aproximam da sua história, aquela que está guardada na memória e em registros documentais, e que foi vivida há séculos atrás, mas que contribuem de forma relevante para a história da infância no Amazonas.

Considerações finais

Ao final de toda viagem, é comum sermos invadidos por sentimentos de incompletude ao olharmos para os caminhos trilhados. Estes sentimentos vêm à tona sob a forma de novas indagações, de maneira que esta revisão de literatura não manifesta somente certezas, e não se encerra aqui, mas sim, nos permite sonhar com novas viagens. Na viagem que realizamos na busca pela construção histórica da infância, fizemos três paradas importantes e necessárias. A partir do momento que entendemos o homem como sendo um ser complexo e biopsicossocial, não poderíamos nos ater a entender a infância a partir de um olhar único. Sendo assim, fomos do macro ou micro, ou seja, da concepção feita a partir dos olhares de outros países, até chegarmos ao nosso país Brasil e por fim, nosso Estado Amazonas.

A partir desta revisão de literatura, observamos que a concepção de infância que contemporaneamente conhecemos ora se distingue ora se aproxima do modelo que encontramos nesta viagem. Quando dizemos que se distingue, nos referimos às conquistas evidenciadas ao longo desta construção, pois a criança era antes silenciada, apagada, ignorada e até mesmo tratada como objeto de diversão (Ariès, 1981), e como animal selvagem (Leal, 2014), alcançou a visibilidade e conquistou seu espaço dentro da categoria estrutural, a infância. Quando mencionamos que se aproxima do modelo anterior, nos referimos ao silenciamento e apagamento que sentenciamos às nossas crianças do século XXI ao reproduzirmos automaticamente ações do passado.

Clarice Cohn (2013) nos convida enquanto Nação Brasileira, a olhar mais para as nossas crianças, e que este olhar precisa reconhecer a diversidade que ela traz. Não temos uma infância diversa apenas se olharmos para as infâncias de outras nações, temos essa diversidade dentro do Brasil. Esta pluralidade de infâncias ficou evidente em nossa viagem, encontramos durante a história contada, a infância vivida no mundo pelos ricos e abastados, a infância contada de maneira geral no Brasil a partir das grandes capitais e a infância do nosso Amazonas, com a presença dos atores indígenas, brancos, ribeirinhos, escravizados.

Reconhecer que somos um país repleto de diferenças não deve nos afastar, pelo contrário, Cohn (2013) assinala que tal reconhecimento gerará autonomia em nossas crianças, pois elas estarão sendo respeitadas. E o respeito é um dos direitos assegurados à criança a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Falar e pesquisar sobre a infância é justamente o exercício constante ao qual nos propomos enquanto pesquisadoras, com o interesse em ampliar cada vez mais a voz das nossas crianças, a fim de que suas conquistas não se esgotem e que

sua singularidade e particularidade sejam preservadas e seus direitos executados por todos, sejam eles família, Estado ou Nação.

Referências

- ARIÈS. P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1981.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Normativas Internacionais. Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente. Brasília, DF: Conanda, 2002.
- BRASIL. *Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- CECRIA/AMENCAR/UNICEF. *Dez anos de estatuto da criança e do adolescente: avaliando resultados e projetando o futuro*. Relatório de Pesquisa. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2000.
- CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista. In: DEL PRIORE, M (org.). *História das Crianças no Brasil*, 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2007.
- COHN, C. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. In: *Civitas*, Porto Alegre v. 13 n. 2 p. 221-244 maio-ago. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/15478/10826>. Acesso em: 22/11/17.
- DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das Crianças no Brasil*, 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2007.
- FIGUEIREDO, A. M. de. Memórias da infância na Amazônia. In: DEL PRIORE, M (org.). *História das Crianças no Brasil*, 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2007.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. 1a Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7 edição. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FREITAS.M.C. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: FREITAS, M.C. (Org.). *História social da infância no Brasil – 8ª Ed.* São Paulo: Cortez. 2011.
- KRAMER, S. (Org.). *Com a Pré-escola nas mãos: Uma alternativa curricular para a Educação Infantil*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- LEAL, G. K. S. *O ensino de ciências e as relações entre escola e espaços não formais: um estudo com crianças ribeirinhas*. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia). Universidade do Estado do Amazonas, 2014.
- LOPES, L. B. F. *Concepção de Infância: Uma busca pela trajetória do Legalizado*. Revista HISTEDBR On-line Artigo Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.25, p. 132 –140, março/2007 - ISSN: 1676-258.

LUENGO, F. C. *A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MOTA, M. L. *A criança na fronteira amazônica: o viver no fio da navalha e o imaginário da infância*. Tese – Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia: Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, M (org). *História das Crianças no Brasil*, 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2007.

PESSOA, A. B. *Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação – Mestrado em História: Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

POLETTI, L. B. *A (des) qualificação da infância: a história do Brasil na assistência dos jovens*. In: Anais do IX Encontro da Anped Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1953/329>. Acesso em: 18/7/2017.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Tradução Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2012.

RIZZINI, I. (Org.). *A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M (org). *História das Crianças no Brasil*, 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2007.

* Psicóloga. Doutora em Educação. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas e Educação da UFSCar. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – PPGPSI/UFAM. E-mail: adrianacaldeira@ufscar.br

** Psicóloga. Mestranda em Psicologia e Processos Psicossociais junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – PPGPSI/UFAM. E-mail: hitallapsy@gmail.com

Recebido em 10/12/2017

Aprovado em 10/01/2018